

QUILOMBOLAS DE MACAPAZINHO: A LIBERDADE DA TERRA TITULADA

“Uma das principais mudanças [com o título da terra] é que nossa comunidade é hoje uma comunidade livre. Uma comunidade liberta. Hoje ela pode trabalhar com tranquilidade, os moradores podem trabalhar com tranquilidade, tem espaço pra se trabalhar. [...] Sem falar que o título é a garantia da existência e da sobrevivência dessa população.” – Aurélio Borges, diretor da Malungu (organização estadual que articula as associações quilombolas do Pará) e quilombola de Macapazinho.



Foto: Carlos Penteado

INFORMAÇÃO GEO-REFERENCIAL E CLASSIFICAÇÃO DO CASO

A comunidade quilombola de Macapazinho possui 27 famílias distribuídas em 68,7834 hectares. Está localizado no município de Santa Izabel do Pará, região metropolitana de Belém, capital do estado do Pará.

Coordenadas: Latitude 1° 22'01,96'' Sul, Longitude 48° 06'20,31''

Belém é o centro econômico e político do Pará desde o século XVIII (na época, estado do Grão Pará). Em seus arredores, havia inúmeras fazendas produtoras de mandioca, cana-de-açúcar, algodão e tabaco. Por ter tamanha centralidade econômica, a região foi propícia para a formação quilombos.

Nos dias de hoje, a região metropolitana de Belém conta com diversas comunidades quilombolas, tais como Abacatal, Boa Vista do Itá, Conceição do Itá, São Francisco do Itá, além de Macapazinho.

Há indicações os quilombolas de Macapazinho sejam descendentes de escravos de uma fazenda de cacau da região de Belém. A comunidade quilombola, como as outras existentes no Brasil, é fruto de um processo de resistência ao regime escravocrata que vigorou no país durante 300 anos.

Os mais velhos contam que Mapacapazinho se formou após três famílias que saíram de uma outra comunidade, Boa Vista do Itá, a procura de melhores áreas para o plantio, se estabeleceram onde hoje se encontram. Os quilombolas receberam o título coletivo de propriedade de suas terras em 2008, pelo Instituto de Terras do Pará (Iterpa), órgão estadual responsável pela regularização fundiária de terras quilombolas no Pará.

CARACTERÍSTICAS CULTURAIS E DEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO

Sobre os Quilombolas

A origem dos quilombos relaciona-se com o processo de resistência ao regime de escravidão de afrodescendentes que vigorou no Brasil por 300 anos, entre os séculos XVI e XIX. Tais grupos foram formados a partir de uma grande diversidade de processos e estratégias de resistência à opressão: as fugas com ocupação de terras livres; o recebimento de terras por herança, doação ou como pagamento de serviços prestados ao Estado; a compra de terras; ou ainda, a permanência nas áreas que ocupavam e cultivavam no interior de grandes propriedades.

A abolição da escravidão em 1888 não significou o fim de tais grupos sociais que permaneceram e resistiram em suas terras, ignorados pelo Estado brasileiro e invisíveis à sociedade. Até os dias de hoje, tais comunidades constituem grupos étnicos que compartilham de uma identidade que os distingue dos demais e que constitui a base para a sua organização, a sua mobilização e sua ação política especialmente no seu relacionamento com os demais grupos e com o Poder Público (Andrade, 2011).

As comunidades quilombolas estão distribuídas por todas as regiões do País, ocupando biomas bastante diversos. Na sua maioria, encontram-se na zona rural, mas existem também grupos localizados em área urbana. Não existe um censo da população quilombola no Brasil. O governo brasileiro estima que a sua população seja constituída por 214 mil famílias e 1,17 milhão de quilombolas (SEPPIR, 2012).

O Pará é um dos estados brasileiros que possui maior quantidade de comunidades quilombolas em seu território. Até 2015, 233 comunidades quilombolas paraenses eram reconhecidas pelo Governo Federal, por meio de certidão de autorreconhecimento expedida pela Fundação Cultural Palmares. O Pará também tem o maior número de terras quilombolas tituladas pelo Estado brasileiro, com 58 títulos expedidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra, órgão do governo federal) e Instituto de Terras do Pará (Iterpa, órgão do governo do estado).

Os quilombolas de Macapazinho

A origem do quilombo de Macapazinho remonta a outra comunidade, Boa Vista do Itá. Contam os mais velhos que três famílias deixaram a comunidade, localizada na beira do Igarapé Itá, braço do rio Caraparú, e ocuparam suas margens opostas. E, nas primeiras décadas do século XX, partiram para uma segunda migração, floresta adentro, em busca de terras melhores para plantio, rumo à localidade onde hoje está situada a comunidade de Macapazinho (Moraes, 2012:56; Trindade e Nogueira, 2000).

Os quilombolas de Macapazinho possuem estreitas relações de parentesco com os moradores de Boa Vista do Itá, mantendo, ambos os grupos quilombolas, fortes vínculos entre si.



Rosa Simith. Foto: Carlos Penteado

Segundo Rosa Borges Simith, 78 anos, uma das moradoras mais velhas do quilombo: *“Nós viemos pra cá, da beira do Itá pro centro, porque era melhor pra nós. Até pro nosso serviço, que quando era verão, nós vínhamos pelo caminho [estrada]. [...] Lá, quando adoecia uma gente nossa, era um sacrifício. Nós íamos pelo [rio] Caraparú, vinha buscar de carro lá pelo Caraparú.”*

De acordo com Trindade e Nogueira (2000:11), há a hipótese de os quilombolas de Macapazinho serem descendentes dos escravos de uma fazenda de cacau existente nas proximidades do Igarapé Itá.

Atividades econômicas e culturais

A principal atividade econômica de Macapazinho é o comércio dos produtos oriundos da agricultura familiar realizada pelos quilombolas.

Uma variedade de produtos é cultivada pelos moradores, tais como coco, pimenta do reino, mandioca, cupuaçu, açaí, pupunha e hortaliças. A pimenta do reino é comercializada na própria comunidade, onde é comprada por atravessadores (intermediários). Já os demais produtos, além do tucupi e da farinha – produzidos da mandioca – são comercializados em uma feira de produtores rurais do município de Santa Izabel e, principalmente, no mercado Ver-O-Peso, em Belém.

Inaugurado em 1901, o Ver-O-Peso é um dos principais pontos de referência da cidade de Belém, além de ser considerada a maior feira ao ar livre da América Latina. Os quilombolas do entorno de Belém vendem seus produtos no Ver-O-Peso desde as origens desse ponto de comércio, há mais de um século.



Foto: Carlos Penteado

A comunidade é, em sua maioria, católica, e tem como padroeira Santa Luzia, existindo na localidade, a Capela de Santa Luzia. Todos os anos, no mês de dezembro, ocorre a festa de Santa Luzia, que tem início com peregrinações dos fiéis, e santa é levada até a comunidade de Conceição do Itá. O ritual é finalizado com uma festa religiosa na igreja local, além de uma festa dançante.

Também possuem um terreiro de umbanda (religião afro-brasileira), cuja responsável é Rosa Borges Simith, onde ocorre, anualmente, a festa dos santos Cosme e Damião.



Aula de capoeira na comunidade. Foto: Carlos Penteado

HISTÓRIA DA DEMANDA E ESTRATÉGIA DE ACESSO

O processo de reconhecimento e de titulação coletiva de Macapazinho teve início logo após a regulamentação dos procedimentos para titulação de terras quilombolas no estado do Pará, pelo Instituto de Terras do Pará, em 1999 (Decreto estadual n. 3572/99 e Instrução Normativa n. 2/99).

Segundo Nersi de Aguiar dos Santos, atual presidente da Associação dos Remanescentes de Quilombo de Macapazinho, em 1999, lideranças da comunidade procuraram o Centro de Defesa do Negro no Pará (Cedenpa) para demandar assessoria jurídica na regularização fundiária de suas terras. Elas também fizeram visitas a outras comunidades quilombolas da região – Abacatal, Bacabal, Bailique, Igarapé Preto, Itancoã e Umarizal – em busca de informações e apoio mútuo na luta pela terra. Foram nessas visitas que foram alertadas sobre a necessidade de se formar uma associação quilombola de Macapazinho, condição necessária para receberem o título coletivo da terra.



Nersi dos Santos. Foto: Carlos Penteado

Em 2000, participaram de um encontro de comunidades negras rurais promovido pelo Cedenpa, no qual Macapazinho foi uma das comunidades escolhidas para um acompanhamento por parte desta ONG e do extinto Programa Raíces, criado em 2000 pelo governo estadual para articular as demandas dos indígenas e quilombolas. No mesmo ano, o Cedenpa produziu um estudo sobre a comunidade que embasou as ações do Instituto de Terras do Pará, visando a regulamentação fundiária dessa área.



Foto: Carlos Penteado

ASPECTOS LEGAIS, CONFLITOS E ATORES

O reconhecimento de direitos específicos às comunidades quilombolas é algo relativamente recente no Brasil. Enquanto os direitos dos índios às suas terras são reconhecidos desde a época colonial e pelas sucessivas Constituições Brasileiras desde a de 1934, o direito dos remanescentes de quilombos foi reconhecido pela primeira vez no ano de 1988 quando da promulgação da atual Constituição que no artigo 68 das suas disposições transitórias determinou:

ART. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos.

Outros dois artigos da Constituição Brasileira também reconhecem direitos para as comunidades quilombolas ainda que não haja menção específica: artigos 215 e 216 do Capítulo sobre Educação, Cultura e do Desporto. O artigo 215 determina que o Estado proteja as manifestações culturais afro-brasileiras. Já o artigo 216 considera patrimônio cultural brasileiro, a ser promovido e protegido pelo Poder Público, os bens de natureza material e imaterial (nos quais se incluem as formas de expressão, bem como os modos de criar, fazer e viver) dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, entre os quais estão, sem dúvida, as comunidades negras.

Desta forma, a Constituição permite interpretar que o direito dos quilombolas à terra está associado ao direito à preservação de sua cultura e organização social específica, alcançando, portanto, o conceito de território entendido como espaço de reprodução física e social (Andrade, 2012).

O direito ao território está assegurado também pela Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que determina que se reconheçam os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que esses povos tradicionalmente ocupam (artigo 14). O tratado internacional estabelece ainda que o termo "terras" deverá "incluir o conceito de territórios, o que abrange a totalidade do habitat das regiões que os povos interessados ocupam ou utilizam de alguma outra forma" (artigo 13).

O Decreto presidencial 4.887 de 2003 estabelece os procedimentos para titulação das terras quilombolas pelo governo federal. Além disso, dez estados brasileiros contam com leis próprias disciplinando o processo para a regularização das terras de quilombo, entre eles o Estado do Pará onde está situada a Terra Quilombola Macapazinho (CPI-SP <http://www.cpisp.org.br/htm/leis/index.html>).

Apesar do reconhecimento legal, a garantia dos territórios pela titulação coletiva tem sido muito difícil. A primeira titulação de uma terra quilombola deu-se somente sete anos após a promulgação da Constituição, em novembro de 1995. Até dezembro de 2015 somente 163 terras quilombolas foram tituladas enquanto 1.514 processos estão abertos no Incra, órgão do governo federal responsável pela titulação das terras (CPI-SP www.cpisp.org.br/terras).

AVANÇOS E EXPECTATIVAS

Em 1999, com o início do processo de autorreconhecimento do grupo como quilombola, e com o suporte do Cedenpa, os moradores de Macapazinho passaram a ter mais segurança em seu próprio território, e também passaram a aceitar sua identidade afrodescendente.

“Os próprios moradores confirmam no presente essa aceitação de uma identidade quilombola ao afirmarem que antes eles sofriam humilhações da população de Santa Izabel, como quando as pessoas passavam em ônibus e caminhões pela rodovia e os chamavam de “pretos da África” ou somente “África”, numa tentativa de tornar a cor de sua pele um elemento de degradação, de inferioridade, mas que hoje, no entanto, isso quase não acontece e, quando ocorre, eles não têm mais o sentimento de raiva e humilhação que sentiam, mas de afirmação dessa identidade ligada a descendentes de ex-escravos” (Moraes, 2012:61)

Em 2008, com a conquista do título, não corriam mais o risco de perderem suas terras para terceiros, além de conseguirem acessar o programa *Minha Casa, Minha Vida*, do governo federal, que atua com regras diferenciadas para facilitar ao acesso de indígenas, quilombolas e comunidades rurais.

Contudo, a área titulada para o quilombo ainda é insuficiente para sua reprodução física e social, e não corresponde ao território original da comunidade. Isso porque funcionários do governo do estado teriam alertado os quilombolas sobre a falta de verbas para desapropriação da área total pleiteada, o que fez com que os quilombolas optassem por titular apenas uma pequena faixa de terra de pouco mais de 68 hectares e, assim, obter o título mais rapidamente.

Hoje, Aurélio avalia que um passo necessário à comunidade é o de pleitear, junto ao governo do estado do Pará, a titulação de uma área adjacente, de modo que possam ter acesso ao Igarapé Itá e espaço suficiente para crescer em termos populacionais e ampliar suas roças.



Produção de farinha de mandioca. Foto: Carlos Penteado

De acordo com Moraes (2012), após a titulação da área, a Embrapa cedeu mudas de açaí e cupuaçu para que os quilombolas de Macapazinho iniciassem uma produção comercial. Atualmente, a comunidade conta com duas máquinas de beneficiamento de açaí, que os possibilitou ampliar a comercialização do produto.

No caso das mulheres, as principais atividades foram, por muito tempo, o cultivo de hortaliças e a fabricação de farinha de mandioca. Inicialmente, a produção de farinha era individual, ocorrendo no interior de cada núcleo familiar. Em 2009, a secretaria de estado e agricultura do governo do Pará forneceu à comunidade uma casa de farinha comunitária.

“Com o passar do tempo as mulheres da comunidade sentiram necessidade de ter um espaço coletivo chamado de retiro para fazer a farinha. O espaço foi construído na comunidade e às segundas feiras fica disponível para que todas as pessoas que não possuem retiros próprios possam utilizar.” (Santos e Oliveira, 2014:112).

Para Aurélio, o grande desafio da comunidade é o de dar condições para a continuidade dos programas de geração de renda que chegam até eles. Em sua avaliação, é necessário assistência técnica continuada e maior incentivo do governo, equipamentos agrícolas, além de patrulha mecanizada para melhorar as atividades agrícolas.

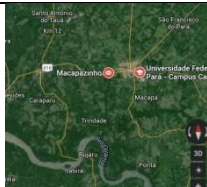




“Falta uma ação integrada de governo pra que as comunidades quilombolas possam desenvolver melhor sua agricultura, que é a base de sustento das famílias.” – avalia Aurélio.

Um projeto que vem crescendo e gerando empregos aos quilombolas é o de formação em informática. Com a obtenção de dezenas de computadores, em 2014, fizeram um centro de informática e uma parceria com o Senai para a realização de um curso técnico na área. O curso formou algumas pessoas, incluindo um quilombola que hoje é professor de informática da comunidade.



Centro de informática de Macapazinho. Foto: Carlos Penteadó

Linha do tempo

	Constituição Brasileira reconhece pela primeira vez o direito das comunidades quilombolas à propriedade de suas terras.		Certidão de autoidentificação como quilombola expedida pela Fundação Cultural Palmares.	
Início século XX	1988	1999	2006	2008
Saída de três famílias de Boa Vista do Itá em busca de melhores condições de vida. Chegada ao território de Macapazinho.		Início da luta dos quilombolas em busca da titulação de suas terras.		Titulação de 68,7834 hectares ao quilombo de Macapazinho pelo Iterpa.

Fontes bibliográficas

MORAES, Abraão José.

Caminhos da produção: relações econômicas e políticas na comunidade quilombola de Macapazinho. Dissertação (mestrado em Antropologia). Belém, Universidade Federal do Pará, 2012.

SANTOS, Creusa Barbosa; OLIVEIRA, Adriana Leônidas.

Saberes culturais das mulheres quilombolas de Macapazinho no município de Santa Izabel do Pará: contribuições para o desenvolvimento local. Acervo On-line de Mídia Regional, ano 14, v. 9, n. 10, p. 103-121, set/dez. 2014.

Sites consultados

Comissão Pró-Índio de São Paulo

<http://www.cpisp.org.br/terras/>

<http://www.cpisp.org.br/htm/leis/>

<http://www.cpisp.org.br/comunidades>

FUNDO Dema.

Edinalva Santos, quilombo Macapazinho, Santa Izabel

<https://www.youtube.com/watch?v=TVBw8DdCCYs>

Créditos

Pesquisa e redação: Daniela Carolina Perutti

Entrevistas: Daniela Carolina Perutti

Fotos: Carlos Penteado

Edição: Otávio C. Penteado